



## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## Senhores Acionistas,

Atendendo às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, demonstração do resultado abrangente e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 e do semestre findo em 31 de dezembro de 2020. O ano de 2020 trouxe consigo um cenário de incertezas e uma situação sem precedentes no Brasil e no mundo com o alastrar-se de uma pandemia, o Banco Volkswagen, por sua vez, manteve seu foco em manter a carteira suportando nossos clientes neste momento difícil. Cabe destacar que apesar da situação difícil, o mercado de vendas e de caminhões continua a se desenvolver chegando inclusive a bater recordes de vendas em Dezembro de 2020. Vale destacar o contínuo fortalecimento da parceria com as montadoras Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil, bem como as suas respectivas redes de concessionárias.

Neste sentido, o Banco Volkswagen seguiu ofertando serviços financeiros que aproximam os clientes finais dos produtos ofertados pelas montadoras do grupo através das redes de concessionárias. O total de ativos ficou em R\$ 23,6 bilhões, com operações de crédito e arrendamento mercantil representando R\$ 19,1 bilhões.

## DESTAQUES DO EXERCÍCIO

- Maior banco de montadora no Brasil, 22º colocado entre as instituições financeiras privadas e 26ª posição entre os bancos do país, segundo o critério de patrimônio líquido, conforme dados do Banco Central do Brasil.
- Responsável por 65,5% de todos os veículos novos vendidos com financiamento pelo Grupo Volkswagen, sendo 60,0% no segmento de caminhões e ônibus e 66,3% no segmento de automóveis.
- Rating de crédito brAAA mantido pela S&P Global, o maior concedido pela agência em escala nacional para créditos corporativos.
- Índice de Basileia de 17,7% em 31 de dezembro de 2020.

## OPERAÇÕES DE CRÉDITO

As políticas de crédito do Banco Volkswagen valorizam a manutenção da qualidade de ativos nos diversos contextos econômicos. As operações de crédito e arrendamento mercantil do Banco Volkswagen em 2020 concentraram 85% de sua carteira entre os ratings AA, A e B.

## GOVERNANÇA CORPORATIVA

## Gestão colegiada

O Banco Volkswagen está alinhado às práticas avançadas de governança corporativa e, no seu modelo de processo decisório, possui comitês de gestão que deliberam de forma colegiada os assuntos relevantes, cabendo ao Comitê Executivo assegurar a implementação e o cumprimento das diretrizes estratégicas.

## Compromisso com as regulamentações do setor

Como empresa financeira instalada no Brasil, as operações do Banco Volkswagen estão em conformidade com os preceitos obrigatórios emanados pelas autoridades monetárias e fiscais.



## BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

ATIVO	Em milhares de reais		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Em milhares de reais	
	2020	2019		2020	2019
<b>CIRCULANTE</b>	<b>11.007.438</b>	<b>10.786.559</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>14.538.530</b>	<b>9.519.547</b>
Disponibilidades (Nota 3)	86	14.94	Depósitos e demais instrumentos financeiros	13.744.537	8.490.994
Instrumentos Financeiros	10.875.226	10.701.048	Recursos de instituição financeira (Nota 11)	2.110.398	3.242.893
Aplicações interfinanceiras de liquidez (Nota 3)	1.708.550	816.403	Recursos de clientes (Nota 12)	6.519.123	3.915.346
Relações interfinanceiras (Nota 3)	30	-	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	4.777.146	765.313
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	787	918	Dívidas subordinadas (Nota 14)	145.637	137.450
Operações de crédito (Nota 6)	8.496.987	9.186.650	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	21.060	9.483
Títulos e créditos a receber (Nota 6)	668.872	697.077	Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	171.173	420.509
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>26.409</b>	<b>34.212</b>	<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>793.993</b>	<b>1.028.553</b>
Arrendamentos financeiros	26.337	33.712	<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.134.545</b>	<b>9.249.196</b>
Arrendamentos operacionais	72	500	Depósitos e demais instrumentos financeiros	4.753.918	7.943.251
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(199.885)</b>	<b>(266.662)</b>	Recursos de instituição financeira (Nota 11)	768.727	1.468.540
Operações de crédito	(196.101)	(260.882)	Recursos de clientes (Nota 12)	1.017.079	2.350.397
Operações de arrendamento mercantil	(440)	(591)	Recursos de aceites e emissão de títulos (Nota 13)	1.011.826	1.961.209
Outros créditos	(3.344)	(5.189)	Dívidas subordinadas (Nota 14)	1.846.364	1.818.954
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>305.602</b>	<b>303.467</b>	Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	866	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12.543.974</b>	<b>10.629.273</b>	Outros passivos financeiros (Nota 6 (f))	109.556	344.151
Instrumentos Financeiros	9.888.096	8.379.793	<b>Provisões (Nota 15)</b>	<b>1.092.531</b>	<b>979.645</b>
Títulos e valores mobiliários (Nota 5)	53.389	97.932	Outras provisões	1.092.531	979.645
Operações de crédito (Nota 6)	9.834.707	8.281.861	<b>Obrigações fiscais diferidas (Nota 20 (b))</b>	<b>166.974</b>	<b>155.864</b>
<b>Operações de arrendamento mercantil (Nota 6 (e))</b>	<b>27.579</b>	<b>49.642</b>	<b>Outros passivos (Nota 17)</b>	<b>121.122</b>	<b>190.436</b>
Arrendamentos financeiros	27.579	49.631	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.878.337</b>	<b>2.627.089</b>
Arrendamentos operacionais	-	11	Capital social	1.307.883	1.307.883
<b>Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6 (g))</b>	<b>(432.856)</b>	<b>(391.558)</b>	Reservas de lucros	1.580.860	1.325.795
Operações de crédito	(432.393)	(388.688)	Outros resultados abrangentes	(10.406)	(6.589)
Operações de arrendamento mercantil	(463)	(2.870)			
<b>Créditos tributários (Nota 20 (a))</b>	<b>1.416.919</b>	<b>1.101.637</b>			
<b>Outros ativos (Nota 7)</b>	<b>902.564</b>	<b>807.911</b>			
Investimentos em participações em controladas (Nota 8)	712.134	628.101			
Imobilizado de arrendamento	4.290	32.476			
Imobilizado de uso	17.362	20.104			
Intangível	59.955	58.143			
<b>Depreciações e amortizações</b>	<b>(52.069)</b>	<b>(56.976)</b>			
Imobilizado de uso	(9.454)	(13.816)			
Intangível	(42.615)	(43.160)			
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>23.551.412</b>	<b>21.415.832</b>	<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>23.551.412</b>	<b>21.415.832</b>

## DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais		
	2º semestre 2020	2020	Exercícios 2019
<b>RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.509.202</b>	<b>2.875.087</b>	<b>2.850.877</b>
Operações de crédito	1.481.331	2.797.518	2.754.752
Operações de arrendamento mercantil	8.115	15.653	29.287
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	29.200	72.032	50.409
Resultado com instrumentos financeiros derivativos (Nota 4)	(12.725)	(19.855)	1.920
Operações de venda de ativos financeiros	3.281	9.739	14.509
<b>DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>(336.989)</b>	<b>(776.248)</b>	<b>(996.573)</b>
Operações de captação no mercado	(255.898)	(596.698)	(716.053)
Operações de empréstimos e repasses	(68.717)	(143.690)	(242.406)
Operações de venda de ativos financeiros	(12.374)	(35.860)	(38.114)
<b>RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.172.213</b>	<b>2.098.839</b>	<b>1.854.304</b>
<b>DESPESAS DE PROVISÃO PARA CRÉDITOS DE LIQUIDAÇÃO DÚVIDOSA (Nota 6 (g))</b>	<b>(171.023)</b>	<b>(672.551)</b>	<b>(272.798)</b>
Operações de crédito	(167.499)	(674.412)	(266.852)
Operações de arrendamento mercantil	(203)	17	(1.142)
Outros créditos	(3.321)	1.844	(4.804)
<b>RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA</b>	<b>1.001.190</b>	<b>1.426.288</b>	<b>1.581.506</b>
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>	<b>(559.098)</b>	<b>(821.359)</b>	<b>(644.740)</b>
Rendas de tarifas bancárias (Nota 23 (g))	64.025	106.668	96.862
Despesas de pessoal	(1.997)	(3.867)	(3.900)
Outras despesas administrativas (Nota 23 (c))	(205.544)	(347.627)	(350.415)
Despesas tributárias	(56.565)	(97.848)	(81.162)
Resultado de participação em controlada (Nota 8)	42.393	84.033	90.546
Outras receitas operacionais (Nota 23 (d))	33.599	91.009	142.062
Outras despesas operacionais (Nota 23 (e))	(435.009)	(653.727)	(538.733)
<b>REVERSOES (DESPESAS) DE PROVISÕES</b>	<b>(44.163)</b>	<b>(59.412)</b>	<b>(103.737)</b>
Fiscais	(8.995)	(17.824)	(31.784)
Cíveis	(31.929)	(38.264)	(50.746)
Trabalhistas	(3.239)	(3.324)	(21.243)
<b>RESULTADO OPERACIONAL</b>	<b>397.929</b>	<b>545.517</b>	<b>832.993</b>
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>397.929</b>	<b>545.517</b>	<b>832.993</b>
Imposto de renda (Nota 20 (c))	(82.766)	(106.932)	(179.794)
Contribuição social (Nota 20 (c))	(65.094)	(81.852)	(17.249)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO SEMESTRE/EXERCÍCIOS</b>	<b>250.069</b>	<b>356.733</b>	<b>635.950</b>
Lucro por ação do capital social no fim do semestre/exercícios - R\$	0,80	1,14	2,03

## DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31 DE DEZEMBRO

	Em milhares de reais						
	Capital social realizado	Subvenção de incentivos fiscais	Distribuição de dividendos adicionais	Reserva legal	Reserva especial de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados
<b>Em 31 de dezembro de 2018</b>	1.307.883	18.515	-	178.016	1.032.419	-	2.536.833
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(6.589)	(6.589)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	635.950
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	31.797	-	-	(31.797)
Dividendos propostos (R\$ 1,72/ação) AGE 31/12/19	-	-	-	-	(388.067)	-	(151.038)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	453.115	-	(453.115)
<b>Em 31 de dezembro de 2019</b>	1.307.883	18.515	-	209.813	1.097.467	(6.589)	2.627.089
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(3.817)	(3.817)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	356.733
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	17.837	-	-	(17.837)
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	-	-	(101.668)
Dividendos adicionais propostos (Nota 18)	-	-	291.000	-	(291.000)	-	(101.668)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	237.228	-	(237.228)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	2.878.337
<b>Em 30 de junho de 2020</b>	1.307.883	18.515	-	215.146	1.097.467	(160)	2.730.096
Ajustes de avaliação patrimonial	-	-	-	-	-	(160)	(160)
Lucro líquido do semestre	-	-	-	-	-	-	250.069
Destinações:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	-	12.504	-	-	(12.504)
Dividendos propostos (R\$ 0,32/ação) AGE 31/12/20	-	-	-	-	-	-	(101.668)
Dividendos adicionais propostos (Nota 18)	-	-	291.000	-	(291.000)	-	(101.668)
Reserva especial de lucros	-	-	-	-	237.228	-	(237.228)
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>	1.307.883	18.515	291.000	227.650	1.043.695	(10.406)	2.878.337

## NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL	
O Banco Volkswagen S.A. ("Instituição") está autorizado a operar com as carteiras de investimento, de crédito, financiamento e investimento e de arrendamento mercantil, e atua, principalmente, no segmento de veículos produzidos e importados pela Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotivos Ltda., MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda., Audi Brasil Distribuidora de Veículos Ltda. e Ducati do Brasil Indústria e Comércio de Motocicletas Ltda. As operações da Instituição são conduzidas no contexto de um conjunto de empresas ligadas no Brasil que atuam junto à Volkswagen do Brasil, MAN Latin América, Audi Brasil e Ducati do Brasil.	A composição dos depósitos bancários e outros investimentos registrados em caixa e equivalentes de caixa está apresentada na (Nota 3).
No segundo semestre de 2020, a Instituição ingressou como participante do SPB - Sistema de Pagamentos Brasileiro, sob código da instituição financeira 393 - Banco Volkswagen, com conta reserva própria no BACEN.	(c) <b>Instrumentos Financeiros</b>
A Instituição é uma sociedade anônima com sede em São Paulo - SP na Rua Volkswagen, 291 e sua controladora final é a Volkswagen AG, localizada na cidade de Wolfsburg, na Alemanha.	<b>I - Aplicações interfinanceiras de liquidez</b>
As demonstrações financeiras foram aprovadas pela Diretoria em 26 de março de 2021.	As operações compromissadas são demonstradas pelo seu valor de liquidação, retificado pelo valor das rendas a apropriar. As demais aplicações são registradas pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.
<b>2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS</b>	Os valores foram demonstrados na (Nota 3), pois possuem prazo igual ou inferior a 90 dias.
As demonstrações financeiras individuais da Instituição, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN, e que incluem os requisitos da Lei das Sociedades por Ações, os dispositivos da Lei nº 11.638/07, que altera e revoga dispositivos da Lei nº 6.404/76 e da Lei nº 6.385/76, e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.	<b>II - Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos</b>
Informamos que alguns números inclusos neste relatório foram submetidos a ajustes de arredondamento, que atendem as regras da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, sem implicar em distorção nas informações prestadas.	Títulos e valores mobiliários, conforme Circular BACEN nº 3.068/01, são classificados de acordo com a intenção da administração em:
Adicionalmente, a partir de janeiro de 2020, as alterações advindas das Resoluções do CMN nº 4.720/19, 4.818/20 e Resolução BCB nº 2, de 2 de agosto de 2020, foram incluídas na demonstração contábil da Instituição. O objetivo principal dessas normas é trazer similaridade com as diretrizes de apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as normas contábeis internacionais de contabilidade, <i>International Financial Reporting Standards (IFRS)</i> . As principais alterações implementadas foram: apresentação em circulante e não circulante; os saldos do balanço patrimonial do período estão apresentados comparativamente com o exercício social imediatamente anterior e as demais demonstrações com os mesmos períodos do exercício social anterior para as quais foram apresentadas; apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro a valor presente no ativo; avaliações de resultados recorrentes e não recorrentes; e a inclusão da Demonstração do Resultado Abrangente.	• Títulos mantidos até o vencimento - adquiridos com a intenção e capacidade financeira para sua manutenção em carteira até o vencimento. São avaliados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos em contrapartida ao resultado do período;
Na elaboração das demonstrações financeiras é necessário utilizar estimativas para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações. As demonstrações financeiras da Instituição incluem, portanto, estimativas referentes ao valor justo dos instrumentos financeiros, provisões para créditos de liquidação duvidosa, para contingências, para imposto de renda ativo e passivo e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas.	• Títulos para negociação - adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida ao resultado do período;
<b>(a) Apuração do resultado</b>	• Títulos disponíveis para venda - não se enquadram como para negociação nem como mantidos até o vencimento. São ajustados ao valor de mercado em contrapartida à conta destacada do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos tributários.
O resultado é apurado pelo regime de competência e, em relação às operações de arrendamento mercantil financeiro, segundo a Portaria nº 140/84 do Ministério da Fazenda - MF, que considera as receitas calculadas e apropriadas mensalmente pelo valor das contraprestações exigíveis no período e o ajuste a valor presente dessas operações.	Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição foram registrados de acordo com a Circular BACEN nº 3.082/02 e são contabilizados pelo valor de mercado, com ganhos e perdas reconhecidos de acordo com suas respectivas classificações, como descrito a seguir:
Desde 02 de janeiro de 2015, de acordo com a Circular BACEN nº 3.693/13, as despesas com comissões pagas pelas operações de crédito ou arrendamento mercantil originadas são reconhecidas no resultado na data da contratação, repactuação ou renovação dessas operações. As despesas anteriores a esta data são apropriadas ao resultado de acordo com o prazo dos respectivos contratos.	(i) destinados a "hedge" de risco de mercado: registradas no resultado do exercício; e
<b>(b) Caixa e equivalentes de caixa</b>	(ii) destinados a "hedge" de fluxo de caixa: a valorização e/ou desvalorização da parcela efetiva do "hedge" são registradas em contrapartida de conta específica do patrimônio líquido, até o vencimento da correspondente operação.
Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional - CMN nº 4.720/19, incluem o caixa, os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor e com prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.	A composição dos valores registrados em Títulos e valores mobiliários é apresentada na (Nota 5) e os instrumentos financeiros derivativos, tanto em contas patrimoniais, quanto em conta de compensação, está apresentada na (Nota 4).
	<b>III - Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos</b>
	Operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são registradas com base na variação do indexador e na taxa de juros pactuados. As operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos que estejam em atraso há 60 dias ou mais, passam a ter seus rendimentos reconhecidos como receita quando do efetivo recebimento das prestações. As operações em atraso acima de 360 dias são baixadas contra a correspondente provisão e controladas em conta de compensação por 5 anos.
	<b>I - Operações de crédito cedidas</b>
	De acordo com as Resoluções do CMN nº 3.533/08 e 3.809/09, as operações de crédito cedidas, com retenção substancial dos riscos e benefícios, são reclassificadas para rubrica específica no ativo - Operações de crédito vinculadas à cessão (Nota 6 (f)) em contrapartida aos valores recebidos que são registrados em rubrica no passivo - Outras obrigações diversas (Nota 17). Para cada operação de cessão, o ativo é atualizado pela taxa do contrato com o cliente e o passivo pela taxa do contrato de cessão, ambos pelos respectivos períodos de competência.
	<b>(d) Operações de arrendamento mercantil</b>
	O disposto no artigo 19 do parágrafo 3º na Resolução BCB nº 2/20, determina que a divulgação das operações de arrendamento mercantil financeiro, nas demonstrações financeiras, a partir da data base junho de 2020, sejam demonstradas a valor presente nos montantes totais previstos em contrato. Portanto, o valor do imobilizado de arrendamento, anteriormente divulgado no ativo permanente e o valor residual garantido, anteriormente divulgado no passivo, foram reclassificados para o ativo circulante e as operações com prazo superior a 12 meses, no não circulante.
	Os registros contábeis são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados para rendas a apropriar de arrendamento mercantil e perdas em arrendamento diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de competência no registro das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/89, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida à superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente.



**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020**  
Em milhares de reais

A Medida Provisória nº 1.034 de 1º de março de 2021, em seu artigo 3º, elevou para 25% a alíquota da CSLL, a partir de 1º de julho de 2021 vigente até 31 de dezembro de 2021, voltando a 20% a partir de janeiro de 2022, não impactando nas demonstrações financeiras apresentadas em 31 de dezembro de 2020.

A composição dos valores de imposto de renda e contribuição social, a demonstração dos seus cálculos, a origem e previsão de realização dos créditos tributários, estão apresentadas na (Nota 20).

**(g) Investimentos em participação em coligadas e controladas**

O investimento em participação em empresa controlada com participação do capital de 99,99%, são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

A composição e a empresa controlada é demonstrada na (Nota 8).

**(h) Imobilizado de uso e intangível**

Demonstrado ao custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos: a depreciação do imobilizado e a amortização do intangível são calculadas pelo método linear, com base em taxas anuais que contemplam a vida útil-econômica dos bens.

**(i) Outros ativos**

Demonstrados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos e variações monetárias auferidos até a data do balanço e, quando aplicável, ajustados aos respectivos valores de mercado ou de realização.

Os bens não de uso próprio, compostos basicamente por veículos recebidos em dação de pagamento. São registrados, deduzidos quando aplicável, de provisão para desvalorização. As despesas antecipadas referem-se, principalmente, prêmio de seguro apropriados ao resultado de acordo com a vigência da apólice.

A composição de outros ativos está apresentada na (Nota 7).

**(j) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros**

Com base em análise anual da administração, se o valor de contabilização dos ativos não financeiros da Instituição, exceto créditos tributários, exceder o seu valor recuperável, o qual representa o maior valor entre o seu valor justo líquido de despesa de venda e o seu valor em uso é reconhecida uma perda por redução ao valor recuperável desses ativos no resultado do exercício. Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não foram registradas perdas por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros.

**(k) Depósitos e demais instrumentos financeiros**

São constituídos pelos depósitos, obrigações por empréstimos e repasses, recursos de letras financeiras, instrumentos financeiros derivativos, outros passivos financeiros e dívidas subordinadas.

As obrigações por transferência de ativos com coobrigação estão classificadas na rubrica "Outros passivos financeiros" do balanço patrimonial.

Os depósitos e demais instrumentos financeiros são apresentados como passivo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço.

**(l) Captações e emissões**

São reconhecidos inicialmente ao seu valor justo, e posteriormente mensurados a custo amortizado.

A composição dos papéis registrados em depósitos, captações no mercado aberto, bem como prazo e valores estão apresentados nas (Notas 11, 12, 13 e 14).

**(m) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais**

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes, e obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução do CMN nº 3.823/09, da seguinte forma:

**I - Ativos contingentes** - os ativos contingentes não são reconhecidos contabilmente, exceto quando da existência de evidências que propiciem a garantia de sua realização;

**II - Passivos contingentes** - os passivos contingentes são reconhecidos contabilmente quando, baseado na opinião dos assessores jurídicos e da administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perda possível são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aqueles classificados como perda remota não requerem provisão, nem divulgação;

**III - Obrigações legais** - são derivadas de obrigações tributárias previstas na legislação, independentemente da probabilidade de sucesso de processos judiciais em andamento, e têm os seus montantes integrais reconhecidos contabilmente.

**(n) Outros passivos**

Demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, deduzidos das correspondentes despesas a apropriar e acrescidos, quando aplicável, dos encargos e das variações monetárias incorridos até a data do balanço.

Registrados contabilmente como resultados de exercícios futuros, representa, principalmente, o valor das parcelas de receitas contratuais recebidas antecipadamente que serão apropriadas ao resultado de acordo com os prazos dos contratos de financiamento e arrendamento mercantil aos quais se referem.

A composição de outros passivos é apresentada na (Nota 17).

**(o) Patrimônio líquido**

**I - Capital social**

O capital social é composto por ações ordinárias nominativas, sem valor nominal.

**II - Reserva de lucros**

A reserva de lucros é composta pelas seguintes contas:

- Subvenção de incentivos fiscais - refere-se à parcela do lucro líquido decorrente de subvenções para investimentos previstas em lei;
- Reserva legal - objetiva exclusivamente aumentar o capital social ou compensar prejuízos;
- Reserva especial de lucros - refere-se ao saldo do lucro líquido remanescente após a destinação da reserva legal, e que pode ser utilizada para futuro aumento de capital social, absorção de prejuízos ou distribuição de dividendos.

**III - Lucro por ação**

A Instituição apresenta informações de lucro líquido por ação, o qual é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Instituição pelo número médio ponderado de ações ordinárias em poder dos acionistas durante o exercício (Nota 19).

**(p) Resultado recorrente e não recorrente**

Resultado não recorrente é o resultado que está relacionado com as atividades atípicas da Instituição e não está previsto para ocorrer nos exercícios futuros. O resultado recorrente corresponde as atividades típicas da Instituição e tem previsibilidade de ocorrer com frequência nos exercícios futuros, metodologia devidamente documentada em política interna da Instituição.

Os resultados recorrentes e não recorrentes estão apresentados na (Nota 23 (f)).

**3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA**

	2020	2019
<b>Total disponibilidades</b> .....	<b>86</b>	<b>14.494</b>
Disponibilidades - depósitos bancários.....	86	14.494
<b>Total aplicações no mercado aberto</b> .....	<b>1.451.429</b>	<b>463.327</b>
Letras Financeiras do Tesouro - LFT.....	127.209	30.002
Letras do Tesouro Nacional - LTN.....	1.309.643	171.520
Notas do Tesouro Nacional - NTN.....	14.577	261.805
<b>Total aplicações em depósitos interfinanceiros</b> .....	<b>257.121</b>	<b>353.076</b>
Pós-fixado DI.....	257.121	353.076
<b>Total relações interfinanceiras</b> .....	<b>30</b>	<b>-</b>
Relações com correspondentes no país.....	30	-
	<b>1.708.666</b>	<b>830.897</b>

As aplicações no mercado aberto referem-se a operações compromissadas de compra com compromisso de revenda, essas operações e as aplicações em depósitos interfinanceiros, possuem prazo original de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

**4. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS**

Os instrumentos financeiros derivativos da Instituição, cujo propósito é de proteção dos ativos e passivos próprios, estão custodiados na B3 S.A. - Brasil, Bolsa, Balcão (B3) e encontram-se registrados em contas patrimoniais, por valores compatíveis com os praticados pelo mercado nessa data.

Os instrumentos financeiros derivativos são valorizados a mercado com base nas cotações divulgadas na B3 aplicáveis a operações com características e prazos similares. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, a carteira de derivativos é demonstrada abaixo:

Tipo	Valor		Receita (Despesa)	Patrimônio líquido
	nocional	Ativo (Passivo)		
Swap - Pré x DI.....	265.971	787	14.906	-
Swap de variação de taxa de juros - hedge de fluxo de caixa.....	4.023.951	-	(21.926)	(34.761)
		787	(21.926)	(19.855)
Circulante.....	787	(21.060)	-	(10.406)
Não circulante.....	-	(866)	-	-
		918	(9.483)	(6.589)
		918	(9.483)	(6.589)

A estratégia de hedge da Instituição visa proteger os fluxos das operações de captação em depósitos a prazo pós fixado e letras financeiras, referentes aos seus riscos de taxa de juros variável, tais operações, como disposto na Circular BACEN nº 3.082/02. A relação entre o instrumento e o objeto de hedge, além das políticas e objetivos da gestão de risco, foram documentadas no início da operação. Também foram documentados os testes de efetividade prospectivos e retrospectivos, ficando confirmado que os derivativos designados são altamente efetivos na compensação da variação do valor dos fluxos de caixa. As operações de hedge são classificadas como hedge de fluxo de caixa.

Para proteger o fluxo de caixa futuro das captações efetuadas contra exposição à taxa de juros variável (DI). Em 31 de dezembro de 2020 o valor nocional é de R\$ 4.023.951 (2019 - R\$ 1.389.574). Tais instrumentos financeiros derivativos geraram ajuste a valor de mercado líquido dos efeitos tributários, registrados no patrimônio líquido de R\$ 10.406 (2019 - R\$ 6.589). A efetividade apurada para a carteira de hedge está em conformidade com o estabelecido na Circular BACEN nº 3.082/02. Em 31 de dezembro de 2020 e de 2019, não há parcela inefetiva relacionada a essas operações de hedge.

**5. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

A Instituição adquiriu quotas subordinadas, classificadas como títulos mantidos até o vencimento, de fundos de investimentos em direitos creditórios sob a forma de condomínio fechado com prazos de duração de 5 anos contados a partir da data de emissão, administrados pela BEM - Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. Em 31 de dezembro, sua composição é a seguinte:

FIDC	2020	2019
Driver Brasil Four Banco Volkswagen Fundo de Investimento em Direitos Creditórios	53.389	97.932
Financiamento de Veículos - FIDC Driver Four	53.389	97.932
Não circulante	53.389	97.932

Os títulos e valores mobiliários são mensurados pelo valor da quota do último dia útil, divulgado no site da Comissão de Valores Mobiliários - CVM. Conforme disposto no artigo 8º da Circular BACEN nº 3.068/01, a Instituição declara possuir capacidade financeira e intenção de manter até o vencimento os títulos classificados na categoria títulos mantidos até o vencimento. Durante o exercício de 2020 não houve vendas ou reclassificações de títulos classificados nesta categoria.

**6. OPERAÇÕES DE CRÉDITO, ARRENDAMENTO MERCANTIL E OUTROS CRÉDITOS**

Os principais parâmetros para a classificação das operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos e para a constituição da provisão estabelecidos pela Resolução do CMN nº 2.682/99 são: as operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos são classificadas em nove níveis de risco; as respectivas provisões são efetuadas com base na classificação do cliente nos níveis de risco definidos pela Resolução e levam em consideração, entre outras, uma análise periódica da operação, dos atrasos, do histórico do

cliente e das garantias obtidas, quando aplicável.

**(a) Composição a valor presente da carteira de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	2020	2019
Operações de crédito.....	18.331.694	17.468.511
Operações de arrendamento mercantil financeiro.....	53.916	83.343
Operações de arrendamento mercantil operacional (i).....	1.343	8.934
Outros créditos - títulos e créditos a receber.....	668.872	697.077
	19.055.825	18.257.865

(i) Referem-se a valor presente dos saldos de arrendamento, porém os saldos contabilizados referem-se aos valores a receber das contraprestações R\$ 72 (2019 - R\$ 511) e imobilizado de arrendamento R\$ 4.290 (2019 - R\$ 32.476).

**(b) Distribuição da carteira por nível de risco e provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vencidas	Vencidos			
AA.....	-	-	3.024.958	3.024.958	820
A.....	-	-	11.794.007	11.794.007	60.112
B.....	148.709	15.721	1.793.904	1.958.334	19.585
C.....	118.880	6.311	1.086.905	1.212.096	36.363
D.....	101.904	7.798	327.050	436.752	43.675
E.....	49.777	5.395	28.362	83.534	25.060
F.....	55.837	6.965	111.057	173.859	86.929
G.....	29.056	4.925	6.312	40.293	28.205
H.....	221.981	77.259	32.752	331.992	331.992
	726.144	124.374	18.205.307	19.055.825	632.741

Nível de risco	Curso anormal		Curso normal	Total	Provisão
	Vencidas	Vencidos			
AA.....	-	-	2.037.027	2.037.027	698
A.....	-	-	10.407.221	10.407.221	52.854
B.....	249.333	24.355	2.715.647	2.989.335	29.903
C.....	230.380	13.601	1.319.717	1.563.698	46.911
D.....	178.347	15.972	384.930	579.249	57.951
E.....	144.145	15.738	37.813	197.696	59.333
F.....	79.406	10.866	16.701	106.973	53.487
G.....	51.271	10.320	3.686	65.277	45.694
H.....	167.171	79.538	64.680	311.389	311.389
	1.100.053	170.390	16.987.422	18.257.865	658.220

**(c) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das parcelas para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	Curso anormal	Curso normal	Total
<b>vencidas</b> .....			
Até 180 dias.....	173.639	5.367.749	5.541.388
De 181 a 360 dias.....	145.175	3.504.362	3.649.537
Acima de 361 dias.....	407.330	9.303.805	9.711.135
	726.144	18.175.916	18.902.060

	Curso anormal	Curso normal	Total
<b>vencidos</b> .....			
De 01 a 14 dias.....	8.607	29.391	37.998
De 15 a 60 dias.....	35.585	-	35.585
De 61 a 180 dias.....	48.827	-	48.827
De 181 a 360 dias.....	31.355	-	31.355
	124.374	29.391	153.765
	850.518	18.205.307	19.055.825

	Curso anormal	Curso normal	Total
<b>vencidos</b> .....			
Até 180 dias.....	264.456	5.894.908	6.159.364
De 181 a 360 dias.....	222.183	3.482.568	3.704.751
Acima de 361 dias.....	613.414	7.572.420	8.185.834
	1.100.053	16.949.896	18.049.949

	Curso anormal	Curso normal	Total
<b>vencidos</b> .....			
De 01 a 14 dias.....	12.050	37.526	49.576
De 15 a 60 dias.....	70.363	-	70.363
De 61 a 180 dias.....	61.234	-	61.234
De 181 a 360 dias.....	26.743	-	26.743
	170.390	37.526	207.916
	1.270.443	16.987.422	18.257.865

**(d) Distribuição da carteira por ramo de atividade para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	2020	2019
Pessoas físicas.....	8.203.450	7.941.499
Outros serviços.....	6.171.676	5.368.744
Comércio.....	3.189.613	3.930.799
Indústria.....	1.073.338	799.703
Rural.....	68.453	62.045
Habitação.....	213.603	138.847
Intermediário financeiro.....	135.692	16.228
	19.055.825	18.257.865

**(e) Carteira de arrendamento mercantil**

	2020	2019
	Finan-Operacional	Finan-Operacional
Operações de arrendamento mercantil (exceto PDD).....	17	191
Bens arrendados.....	103.054	8.408
Depreciação acumulada de bens arrendados.....	(73.221)	(4.118)
Superveniência de depreciação.....	37.542	-
Perdas em arrendamento a amortizar.....	5.360	-
Amortização acumulada de perdas em arrendamento.....	(2.367)	-
Credores por antecipação de valor residual.....	(16.469)	-
	53.916	4.362

Os contratos de arrendamentos a receber possuem vencimentos até 2025 e os bens arrendados possuem compromissos para venda aos arrendatários ao término dos respectivos contratos no montante de R\$ 38.617 (2019 - R\$ 47.626), sendo que desse total R\$ 16.469 (2019 - R\$ 24.368) foram recebidos antecipadamente. Os contratos de arrendamento mercantil possuem cláusulas de opção de compra e podem ser pactuados com cláusulas de correção monetária postecipada. As operações de arrendamento mercantil financeiro, estão classificadas a valor presente e as operações de arrendamento mercantil operacional a valor nominal.

**(f) Operações de crédito vinculadas a cessão**

A Instituição realizou cessões de crédito na modalidade "CDC" para fundos de investimentos em direitos creditórios, dos quais a Instituição detém a totalidade das quotas subordinadas (Nota 5). Conforme estabelecido na Resolução do CMN nº 3.533/08, as referidas cessões foram classificadas na categoria "com retenção substancial de risco e benefícios" e portanto o ativo cedido foi registrado em rubrica no balanço patrimonial em "Operações de crédito" e o passivo registrado como "Outros passivos financeiros". Os valores presentes à época e o valor da posição atual são:

	Data início	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four.....	07/2019	1.013.228	1.096.807
		1.013.228	1.096.807

**ii) Saldo contábil**

	Ativo	Passivo
FIDC Driver Four.....	253.589	706.422
Circulante.....	162.624	431.128
Não circulante.....	90.965	275.294

**(g) Movimentação da provisão para operações de crédito, arrendamento mercantil e outros créditos**

	2020	2019
Saldo inicial.....	658.220	632.770
Constituição de provisão.....	672.551	272.798
Baixas por utilização.....	(698.030)	(247.348)
Saldo final.....	632.741	658.220

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
Em milhares de reais

(iii) Discussão junto ao município de São Paulo acerca da incidência de ISS sobre o valor residual garantido e sobre os lucros na alienação de operações de arrendamento mercantil.

## 17. OUTROS PASSIVOS

	2020	2019
Sociais e estatutárias (Nota 18) .....	101.668	539.105
Impostos e contribuições a pagar .....	433.271	311.158
Resultado de exercícios futuros .....	100.318	176.005
Contratos de financiamentos a pagar .....	125.739	52.664
Contas a pagar .....	105.926	81.387
Recebimentos em trânsito a processar .....	19.690	28.686
Cobrança e arrecadação de tributos e semelhantes .....	990	5.086
Outras .....	27.513	24.898
Total .....	915.115	1.218.989
Circulante .....	793.993	1.028.553
Não circulante .....	121.122	190.436

## 18. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O capital social, totalmente subscrito, integralizado e aprovado pelo BACEN é representado por 312.956.418 (2019 - 312.956.418) ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Do lucro líquido do período, 5% se aplicam, antes de qualquer outra destinação, para constituição da reserva legal, que não pode exceder a 20% do capital social. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo de 25% sobre o lucro líquido do exercício, ajustado após destinações previstas na legislação societária brasileira.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima do montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo a 30% (trinta por cento) do lucro líquido do ano corrente, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 101.668. O pagamento será realizado no primeiro semestre de 2021.

Em atendimento da Resolução do CMN nº 4.820/20, ficou estabelecido, por prazo determinado, vedações à remuneração do capital próprio, sendo limitado valores acima do montante equivalente a 30% (trinta por cento) do lucro líquido ajustado nos termos do inciso I do art. 202 da Lei nº 6.404.

Portanto, na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de dezembro de 2020, foi tomada a seguinte deliberação:

(i) Distribuição de dividendos, relativo ao ano de 2019, a título de antecipação de dividendos obrigatórios, no montante de R\$ 151.038;

(ii) Distribuição de dividendos mediante utilização de Reserva Especial de Lucros no montante de R\$ 388.067. Ambos valores foram pagos no primeiro semestre de 2020.

## 19. LUCRO POR AÇÃO

A tabela a seguir demonstra o cálculo do lucro líquido por ação atribuído aos acionistas da Instituição para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e de 2019:

	Exercícios	
	2020	2019
<b>Numerador</b>		
Lucro líquido dos exercícios .....	356.733	635.950
<b>Denominador</b>		
Média ponderada do número de ações ordinárias .....	312.956	312.956
Lucro líquido por ação .....	1,14	2,03

## 20. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

Os créditos tributários foram constituídos pela aplicação das alíquotas de IRPJ e de CSLL sobre suas respectivas bases. A Instituição utilizou a alíquota de IRPJ (25%) vigente, e a alíquota de CSLL (20%) majorada por meio da Emenda Constitucional nº 103, promulgada em novembro de 2019, conforme Parágrafo 2º do Art. 1º da Circular nº 3.171/02 do Banco Central do Brasil. O saldo é de R\$ 1.416.919 (2019 - R\$ 1.101.637), relacionados principalmente a provisões para perdas de operações de crédito no montante de R\$ 862.015 (2019 - R\$ 619.204) e contingências no montante de R\$ 231.511 (2019 - R\$ 213.008).

## (a) Créditos tributários - período de realização

	De 2025					Total
	2021	2022	2023	2024	a 2030	
Imposto de renda e contribuição social .....	344.576	413.319	21.720	13.039	624.265	1.416.919

De acordo com a Resolução BCB nº 2/20, os saldos dos créditos tributários de 31 de dezembro de 2020 de 2019, foram classificados no Balanço Patrimonial, em ativo não circulante.

O valor presente dos créditos tributários no período totaliza R\$ 1.185.452 (2019 - R\$ 900.754) descontados à taxa média de captação, líquido dos efeitos tributários.

## (b) Movimentação dos créditos tributários e dos passivos tributários diferidos

	Créditos tributários		Passivos tributários diferidos	
	Exercícios		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019
Saldo inicial .....	1.101.637	912.008	155.864	128.056
Constituição .....	783.050	376.637	49.073	29.132
Realização .....	(467.768)	(187.008)	(37.963)	(1.324)
Saldo final .....	1.416.919	1.101.637	166.974	155.864

## (c) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2020		2019	
	2020	2019	2020	2019
Resultado antes da tributação sobre o lucro .....	545.517	832.993	545.517	832.993
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas vigentes .....	(245.483)	(333.197)	(245.483)	(333.197)
Efeitos do imposto de renda e contribuição social sobre:				
Adições (exclusões) permanentes .....	(12.218)	(15.797)	(12.218)	(15.797)
Equivalência patrimonial (Nota 8) .....	37.815	36.219	37.815	36.219
Efeito majoração da CSLL (5%) - crédito tributário .....	21.622	96.845	21.622	96.845
Deduções de incentivos fiscais .....	11.509	10.847	11.509	10.847
Outros .....	(2.029)	8.040	(2.029)	8.040
Imposto de renda e contribuição social nos exercícios .....	(188.784)	(197.043)	(188.784)	(197.043)

## 21. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

	Ativo (Passivo)		Exercícios	
	Receita (Despesa)		Exercícios	
	2020	2019	2020	2019
<b>Volkswagen Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(21.404)	(6.756)	(382)	(943)
<b>Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(558.020)	(461.268)	(13.459)	(28.386)
<b>Volkswagen Corretora de Seguros Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(35.342)	(19.733)	(453)	(1.843)
<b>Volkswagen Administradora de Negócios Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(2.257)	(6.394)	(109)	(851)
<b>Simple Way Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(15.980)	(6.177)	(261)	(1.322)
<b>Volkswagen Participações Ltda.</b>				
Operação de crédito .....	107.449	-	449	-
Depósitos a prazo .....	(680.302)	(23.972)	(13.236)	(967)
Sociais e estatutárias .....	(101.668)	(539.105)	-	-
Contas a pagar .....	(20.118)	(14.710)	-	-
Outras despesas administrativas .....	-	-	(160.415)	(164.231)
<b>Fleetly Locações e Serviços Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(176.826)	(66.578)	(3.112)	(1.335)
Operação de crédito .....	152.976	-	3.933	-
<b>Volkswagen do Brasil Indústria de Veículos Automotores Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(2.029.425)	(1.675.068)	(70.797)	(49.581)
Letras financeiras subordinadas .....	(1.992.001)	(1.956.404)	(179.289)	(175.465)
<b>MAN Latin América Indústria e Comércio de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	(1.083.972)	(463.048)	(20.026)	(12.391)
Contas a receber - valores a ressarcir .....	477	477	-	1.641
<b>AUDI Brasil Distribuidora de Veículos Ltda.</b>				
Depósitos a prazo .....	-	-	(2.015)	-
<b>Volkswagen Financial Services AG</b>				
Contas a receber - valores a ressarcir .....	347	-	(154)	(374)

As transações com partes relacionadas foram contratadas a taxas compatíveis com as praticadas com terceiros, vigentes nas datas das operações, levando-se em consideração a redução de risco. Não há lucros não realizados financeiramente entre as partes relacionadas.

## Remuneração do pessoal-chave da administração

Pessoal-chave da administração são as pessoas com autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Instituição, composto pelos diretores e membros do Comitê Executivo.

A remuneração proporcional dos serviços prestados à Instituição no período corresponde a:

	Exercícios	
	2020	2019
Benefícios de curto prazo .....	9.067	7.998
Benefícios pós-emprego .....	187	190
Outros benefícios de longo prazo .....	412	314
	9.666	8.492

A remuneração do pessoal chave da administração é paga por uma das empresas do Grupo.

## 22. VALOR JUSTO DE ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS

## (a) Comparativo do valor contábil e valor justo

A tabela a seguir resume o valor contábil e o valor justo estimado dos instrumentos financeiros:

	Em 31 de dezembro de 2020		Em 31 de dezembro de 2019	
	Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
Caixa e equivalentes de caixa .....	1.708.666	1.708.666	830.897	830.897
Ativos financeiros mantidos até o vencimento (i) .....	53.389	53.389	97.932	97.932
Instrumentos financeiros derivativos (i) .....	787	787	918	918
Operações de crédito e arrendamento mercantil (i) .....	17.760.575	17.514.606	16.931.810	16.813.266
Outros ativos .....	46.479	46.479	149.284	149.284
<b>Total de ativos financeiros</b> .....	<b>19.569.896</b>	<b>19.323.927</b>	<b>18.010.841</b>	<b>17.892.297</b>
Recursos de instituição financeira (ii) .....	2.879.125	2.879.125	4.711.434	4.711.434
Recursos de clientes (iii) .....	7.536.202	7.536.202	6.265.743	6.265.743
Recursos de aceites e emissão de títulos (iii) .....	5.788.972	5.788.972	2.726.522	2.726.522
Instrumentos financeiros derivativos (i) .....	21.926	21.926	9.483	9.483
Dívidas subordinadas (iv) .....	1.992.001	1.611.709	1.956.403	1.628.931
Outros passivos (v) .....	632.585	632.585	1.107.560	1.107.560
<b>Total de passivos financeiros</b> .....	<b>18.850.811</b>	<b>18.470.519</b>	<b>16.777.145</b>	<b>16.449.673</b>

i) Para operações a taxa pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo. Para operações a taxa pré-fixada, o valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual de juros praticada pela Instituição em operações similares.

ii) Recursos de instituições financeiras referem-se a:

• Depósitos interfinanceiros, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

• Financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES"), na modalidade FINAME, indexadas à TJLP, bem como captação de empréstimos no mercado, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

iii) Referem-se a operações de depósitos a prazo e recursos de aceite e emissão de títulos, indexadas a taxas pós-fixada, o valor contábil aproxima-se do valor justo.

iv) O valor contábil das dívidas subordinadas é baseado em taxas contratuais, as quais foram definidas por estudos macroeconômicos para a determinação de taxas fixas de juros para operações de longo prazo. O valor justo foi determinado através do desconto dos fluxos de caixa estimados pela taxa média atual para operações similares.

v) Referem-se principalmente a operações de transferência de ativos financeiros sem desreconhecimento, pós-fixadas, cujo valor contábil aproxima-se do valor justo.

## (b) Hierarquia do valor justo

Para determinar e divulgar o valor justo dos instrumentos financeiros, a Instituição utiliza a hierarquia a seguir:

Nível 1: preços cotados, não ajustados, em mercados ativos para ativos e passivos idênticos.

Nível 2: informações que são observáveis para o ativo ou passivo, seja direta ou indiretamente, exceto preços cotados incluídos no Nível 1.

Nível 3: dados não observáveis para ativos ou passivos.

A tabela a seguir apresenta a composição da hierarquia dos instrumentos financeiros da Instituição, mensurados ao valor justo:

	Em 31 de dezembro de 2020				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	1.708.550	1.708.550	-	-	1.708.550
Ativos financeiros mantidos até o vencimento .....	53.389	53.389	-	-	53.389
Instrumentos financeiros derivativos .....	787	-	787	-	787
<b>Total de ativos financeiros</b> .....	<b>1.762.726</b>	<b>1.761.939</b>	<b>787</b>	<b>-</b>	<b>1.762.726</b>
Instrumentos financeiros derivativos .....	21.926	-	21.926	-	21.926
<b>Total de passivos financeiros</b> .....	<b>21.926</b>	<b>-</b>	<b>21.926</b>	<b>-</b>	<b>21.926</b>

## Em 31 de dezembro de 2019

	Em 31 de dezembro de 2019				
	Valor Justo	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total
Aplicações interfinanceiras de liquidez .....	816.403	816.403	-	-	816.403
Ativos financeiros mantidos até o vencimento .....	97.932	97.932	-	-	97.932
Instrumentos financeiros derivativos .....	918	-	918	-	918
<b>Total de ativos financeiros</b> .....	<b>915.253</b>	<b>914.335</b>	<b>918</b>	<b>-</b>	<b>915.253</b>
Instrumentos financeiros derivativos .....	9.483	-	9.483	-	9.483
<b>Total de passivos financeiros</b> .....	<b>9.483</b>	<b>-</b>	<b>9.483</b>	<b>-</b>	<b>9.483</b>

## 23. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Em atendimento à Resolução do CMN nº 4.557/17, a Instituição possui uma estrutura de Gerenciamento de Riscos e uma de Gerenciamento de Capital, compatíveis com a natureza de suas operações e a complexidade dos produtos e serviços oferecidos aos seus clientes. As estruturas de gerenciamento de riscos e de gerenciamento de capital foram constituídas em unidades independentes das áreas de negócios e da auditoria interna, e são subordinadas às Diretorias de Risco e de Back Office, respectivamente:

(i) Risco de Crédito - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes do não cumprimento pelo tomador ou contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos acordados em contratos. Visando a mitigação e controle, a Instituição estabeleceu políticas internas e processos para acompanhamento periódico das atividades de crédito, monitoramento do risco e identificação de novos componentes que ofereçam riscos de crédito;

(ii) Risco Operacional - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de eventos externos ou de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas ou sistemas. Visando a mitigação e o controle, foram estabelecidas metodologias, políticas e procedimentos internos para identificação e monitoramento do risco operacional, além da disseminação da cultura de gerenciamento de riscos. A Instituição captura e registra as perdas operacionais em banco de dados, apoia a definição e captura os indicadores chave de risco operacional para acompanhamento dos níveis de risco aceitáveis, avalia e monitora os riscos decorrentes de serviços terceirizados relevantes, estabelece um plano de contingência que assegure a continuidade das atividades críticas, contemplando testes e revisões periódicas;

(iii) Risco de Taxa de Juros - define-se como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da Instituição, para os instrumentos classificados na carteira bancária. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de taxa de juros é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(iv) Risco de Liquidez - define-se como a possibilidade de a Instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas, bem como a possibilidade de a Instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido a seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade de mercado. Atendendo às recomendações e normas dos órgãos reguladores, e utilizando-se de metodologias e modelos alinhados às melhores práticas de mercado, o risco de liquidez é mensurado, avaliado e monitorado, de acordo com as políticas, diretrizes e limites operacionais aprovados pela Alta Administração;

(v) Risco Socioambiental - define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas oriundas de danos socioambientais, a fim de determinar estas perdas financeiras, e para tal, são considerados também aspectos legais, de risco de crédito e de reputação. Visando a mitigação e controle, foram estabelecidas metodologias, políticas, procedimentos internos, buscando prover condições para o tratamento adequado das questões socioambientais dentro do escopo definido.

(vi) Gerenciamento de Capital - a Instituição possui uma estrutura para gerenciamento de capital, cujo objetivo é monitorar e controlar o capital mantido pela Instituição, avaliar a necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a Instituição está sujeita e realizar o planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da Instituição. As decisões sobre políticas e estratégias para gestão do capital e seu monitoramento são realizadas em comitês gerenciais, cabendo ao Comitê Executivo o papel de supervisão para assegurar que o nível de capital aprovado e requerido está sendo seguido. O plano de capital é realizado para um horizonte de cinco anos, a fim de suportar a estratégia de longo prazo da Instituição.

Maiores detalhes sobre a estrutura de gerenciamento de riscos e de capital estão disponíveis no site: <https://www.vwfs.com.br/volkswagen-financial-services/relacionamento-investidor/gestao-de-risco.html>.

## (b) Gestão de capital

A gestão de capital é baseada em informações do Conglomerado Prudencial, que, conforme definido pela Resolução do CMN nº 4.280/13, inclui Banco Volkswagen S.A., a instituição líder, Consórcio Nacional Volkswagen - Administradora de Consórcio Ltda, e fundos de investimentos em direitos creditórios - nos quais a Instituição assumia substancialmente os riscos e benefícios.

A adequação do capital e o uso de capital regulatório são monitorados pela administração por meio de técnicas baseadas em orientações estabelecidas pelo Acordo de Basileia, na forma implementada pelo CMN e BACEN, para fins de supervisão. As informações exigidas são mensalmente submetidas ao órgão competente. O Patrimônio de Referência do Conglomerado Prudencial está dividido em dois níveis:

(a) Nível I: composto pelo capital principal, apurado a partir do capital social, reserva de lucros, lucros acumulados do período (apresentados como "Patrimônio líquido" no quadro abaixo), e ajustes prudenciais referentes a saldos de ativos intangíveis constituídos a partir de 1º de outubro de 2013, créditos tributários decorrentes de diferenças temporárias e decorrentes de prejuízos fiscais e de base negativa de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, após regras descritas no art. 5º da Resolução do CMN nº 4.192/13.

(b) Nível II: composto por dívidas subordinadas que atendem aos requisitos da Resolução do CMN nº 4.192/13 e também aquelas aprovadas pelo BACEN de acordo com a norma anterior.

Os ativos ponderados pelo risco são determinados de acordo com a natureza de cada ativo e sua contrapartida, além de refletir uma estimativa de riscos de crédito, mercado e outros riscos associados. Um tratamento similar é adotado para exposição não registrada contabilmente, com alguns ajustes efetuados para refletir a natureza mais contingente das perdas potenciais.

O risco operacional foi calculado pelo método da abordagem padronizada alternativa. Evolução do Patrimônio de Referência mínimo requerido para o Conglomerado Prudencial:

	2020	2019

...continuação

Banco Volkswagen



# Banco Volkswagen S.A.

CNPJ nº 59.109.165/0001-49  
Rua Volkswagen, 291 - São Paulo - SP



www.vwfs.com.br

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos  
Acionistas e Administradores do  
**Banco Volkswagen S.A.**

São Paulo - SP

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras do Banco Volkswagen S.A. ("Banco") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco Volkswagen S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação ao Banco, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras do Banco.

#### Operações de crédito e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito

Conforme divulgado na nota explicativa nº 6, em 31 de dezembro de 2020, a carteira de operações de crédito era de R\$ 19.055.825 mil, e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito era de R\$ 632.741 mil. Devido à relevância dessas operações em relação ao total de ativos do Banco, a complexidade na gestão da carteira em função do elevado volume de transações e a exposição ao risco de crédito, consideramos a carteira de operações de crédito e a perdas esperadas associadas ao risco de crédito como um principal assunto de auditoria.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

Em nossos exames de auditoria consideramos o entendimento do processo estabelecido pelo Banco, bem como a realização de testes de controles relacionados com: (i) a origem das operações; (ii) a análise e aprovação de operações de crédito considerando os níveis de alçadas estabelecidas; (iii) atribuição de níveis de "rating" por operação, tomador de crédito ou grupo econômico; (iv) atualização de informações dos tomadores de crédito; (v) reconhecimento de receitas de juros de operações em curso normal; (vi) suspensão do reconhecimento de receita sobre operações de crédito vencidas há mais de 59 dias; entre outros.

Nossos procedimentos de auditoria também incluíram a realização, para uma amostra de operações de crédito, de testes relativos a análise da documentação que consubstancia o nível de provisionamento determinado para os itens da amostra, recálculo da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base nos ratings atribuídos, confirmação da existência, por meio do arquivo de recebimento oriundo dos bancos correspondentes, recálculo do saldo em aberto na data-base do procedimento, além de testes de soma para confronto do total

da base de dados com os registros contábeis e recálculo do total da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito.

Baseado no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a carteira de operações de crédito e a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, que está consistente com a avaliação da administração, consideramos que os critérios e premissas adotados pela administração, assim como a respectiva divulgação da nota explicativa nº 6, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

#### Ambiente de tecnologia

As operações do Banco dependem e coexistem diante do funcionamento apropriado da estrutura de tecnologia e seus sistemas, razão pela qual consideramos o ambiente de tecnologia como um dos principais assuntos de auditoria. Devido à natureza do negócio e volume de transações do Banco, a estratégia de nossa auditoria é baseada na eficácia do ambiente de tecnologia.

#### Como nossa auditoria conduziu o assunto

No curso de nossos exames foram envolvidos especialistas da equipe de tecnologia para nos auxiliarem na execução de testes para avaliação do desenho e eficácia operacional dos controles gerais de tecnologia para os sistemas considerados relevantes no contexto da auditoria, com ênfase aos processos de gestão de mudanças e concessão de acesso a usuários. Também realizamos procedimentos para avaliar a efetividade de controles automatizados considerados relevantes, que suportam os processos significativos de negócios e os registros contábeis das operações.

Nossos testes dos controles gerais de tecnologia, bem como dos controles automatizados considerados relevantes no processo de auditoria, nos forneceram uma base para que pudéssemos manter a natureza, época e extensão planejadas de nossos procedimentos substantivos de auditoria.

#### Outros assuntos

##### Demonstrações financeiras do exercício anterior examinadas por outro auditor independente

Os exames das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes da adoção, ocorrida em 01 de janeiro de 2021, da Resolução nº 2 do BACEN e da Resolução nº 4.818 do CMN, descritos na nota explicativa nº 2, foram conduzidos sob a responsabilidade de outro auditor independente que emitiu relatório de auditoria com ressalva sobre a apresentação das operações de arrendamento mercantil financeiro, em 26 de março de 2020. Como parte de nossos exames das demonstrações financeiras de 31 de dezembro 2020, examinamos também as alterações sobre os valores correspondentes, do exercício findo em 31 de dezembro de 2019, advindas da adoção decorrente dessas Resoluções. Em nossa opinião, tais ajustes são apropriados e foram adequadamente classificados. Não fomos contratados para auditar, revisar ou aplicar quaisquer outros procedimentos sobre as demonstrações financeiras do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019 e, portanto, não expressamos opinião ou qualquer forma de asseguarção sobre as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2019.

#### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração do Banco é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

#### Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de o Banco continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das

demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar o Banco ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança do Banco são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Banco.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Banco. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Banco a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.
- Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 26 de março de 2021.



**ERNST & YOUNG**  
Auditores Independentes S.S.  
CRC-2SP034519/O-6

**Rui Borges**  
Contador CRC-1SP207135/O-2